

## A UNIVERSALIDADE DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

CARMEM LÚCIA ROSA DA SILVA<sup>1</sup>

### RESUMO

Historicamente o ensino superior brasileiro tem se mostrado multifacetado por conta de uma trajetória histórica, cultural e principalmente política. Portanto, este trabalho tem como objetivo compreender a dinâmica do funcionamento das universidades brasileiras, diante da realidade que se evidenciam, levando em consideração a moderna concepção de ensino. Metodologicamente, as questões levantadas estão centradas na pesquisa bibliográfica, subsidiando as discussões. Partindo dessas análises o presente estudo tem como propósito tratar da universalidade do conhecimento no âmbito do ensino público e privado, uma vez que ao longo do tempo tem ocorrido uma massificação do ensino superior em todos os aspectos. Vale destacar que, assim como qualquer outro segmento da sociedade humana moderna precisa agregar-se e compactuar com as novas tendências, regidas principalmente pela economia que é a mola propulsora de todo e qualquer desenvolvimento, as universidades também tiveram que se adaptarem às novas concepções de ensino e às facetas da tecnologia, constituindo-se no grande desafio da sociedade contemporânea. Na atual conjuntura, as perspectivas em relação ao ensino superior, em parte distinguem-se das primeiras ideologias explicitadas por Platão (380 a.C.), porém permanece a idéia de universalidade, que é quem instiga a busca pelo conhecimento e a difusão deste.

**Palavras chave:** Políticas Públicas, ensino superior, conhecimento.

---

<sup>1</sup> Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Roraima/UFRR, Especialização em Relações Fronteiriças pela UFRR, Mestrado em Recursos Naturais - URFF, Doutoranda em Ciências da Educação, Paraguai Assuncion, Professora de Geografia na Escola de Aplicação - UFRR.

## **INTRODUÇÃO**

As universidades, como instâncias superiores nas mais variadas áreas de conhecimento, buscam disseminar os saberes para a comunidade em geral. Analogamente as universidades brasileiras compactuam com a ideologia das universidades estrangeiras que se centram no princípio da universalidade. Neste viés é importante reconhecê-la enquanto academia conforme os preceitos de Platão (380 a.C), concebido por estabelecimento de ensino universitário; entidade que congregam sábios e literatos, ou ainda lugar onde se reúnem os acadêmicos (RIOS, 2010).

Visto por esta lente, ao longo do tempo essa instituição tem perdido a sua essência inicial, principalmente nas universidades brasileiras, que desde a sua formação enfrenta vários problemas de ordem financeira, social, administrativa, estrutural, dentre outros aspectos que comprometem o verdadeiro sentido de academia. Tais situações estão diretamente ligadas à política educacional que direciona o país, assim como as suas vertentes, estrutura física, planejamento, gestores, coordenações.

É válido considerar que esses problemas se diferenciam daqueles que surgiam nas fases iniciais das academias, pois os fatos e acontecimentos têm diferentes concepções nas quais se adaptam de acordo com os contextos, com os interesses e tendências de um determinado tempo. Nesta condição busca-se abordar a universalidade no sentido de compreender a dinâmica do funcionamento das universidades brasileiras, como os problemas são encarados e quais são as perspectivas diante das realidades que se evidenciam, levando em consideração a moderna concepção de ensino.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada para desenvolver esse trabalho está pautada exclusivamente na Pesquisa Bibliográfica<sup>2</sup> e os instrumentos utilizados foram: coleta de dados, já publicados, e suas análises, pois a pesquisa é uma das maneiras mais eficazes para se buscar o conhecimento, explicar, compreender e intervir nos fenômenos, os quais podem ser trabalhados por meio de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. As informações obtidas durante a investigação contribuíram para a percepção da importância da

---

<sup>2</sup> Pesquisa Bibliográfica: é utilizada exclusivamente a partir de fontes já elaboradas – livros, artigos científicos, publicações periódicas, as chamadas fonte de papel. (ALVES, 2007, P.55).

universalização do ensino superior, uma questão contemporânea que discute o papel da universidade enquanto instituição de ensino.

## **RESULTADOS**

### **A universalidade dos princípios**

Aristóteles e Galileu ressaltaram a universalidade como a ciência com base nos resultados de experimentações. Com o passar dos tempos, novas concepções têm povoado os meios científicos. Almeida (2007) trata do caso nos moldes contemporâneos, como obviedade, tautologias que retomam os cientistas já consagrados.

Em relação à educação superior, há constantes desafios em desmistificar, comprovar, discordar e defender as idéias postas como verdades absolutas. De acordo com Duran e Duran (2010), tudo cansa e por mais que um abuso se repita e se enfeite com foros de “legalidade”, um dia o povo acorda. Isto justifica as novas descobertas e as novas concepções de ver o mundo por uma lente cada vez mais exigente, haja vista a ciência ter seu rigor na investigação dos fatos.

A universalidade do conhecimento incide diretamente nas propostas modernas quebrando o convencionalismo, abrindo possibilidades para que estudos possam ser desenvolvidos nas mais diversas áreas do conhecimento, despertando para novas descobertas que instrumentalizam o saber nas habilidades e competências humanas.

Para tanto, deve haver investimentos na área financeira, científica, equipamentos das universidades, contratação de profissionais qualificados, uma vez que na concepção de Almeida (2007) isto representa que educação configura-se como uma ferramenta indispensável para a qualificação produtiva e na evolução intelectual de um país, seja ele avançado ou em desenvolvimento. Além disso, favorece a inserção no mercado de trabalho e no plano individual.

## **DISCUSSÃO**

### **Do passado ao presente, da universidade à universalidade**

Segundo Schwartzman (1989), o ensino superior nos dias atuais se mostra muito diferente porque tem acompanhado a trajetória histórico-política e também tem evoluído, disseminando entre culturas e sociedades, configurando-se como complexas e ao mesmo tempo contraditório, pois as culturas são determinantes no comportamento humano.

No que se refere à universalidade das instituições universitárias, segundo Schwartzman (idem), estas desempenham papéis idênticos nas mais variadas sociedades constituídas, as quais se consubstanciam com a existência de instituições, pesquisadores, manutenção e transmissão da cultura escrita e sistematizada., sendo estes os pilares da universalidade, justificando-se com “o interesse intelectual e a profundidade da chamada *questão universitária*”.

Visto por este ângulo, o autor argumenta que os sistemas de ensino superior, tanto na sua funcionalidade quanto nos problemas evidenciados, contribuem para diferenciar as sociedades entre si, conseqüentemente em nível de outros países, o contexto histórico é determinante para avaliar e explicar as importantes mudanças que trazem a modernidade e a transformação, e, este processo de transição se refletirá mais tarde no futuro do país.

Moore (1996) compara os efeitos da modernização da agricultura, ou seu fracasso na formação dos estados contemporâneos, com a questão educacional dos sistemas de ensino e do ensino superior, em particular, pois estes revelam mudanças, atitudes, desempenho, seleção de produtos, dentre outros aspectos que são necessários no contexto.

Para Schwartzman (1989), apesar de toda modernidade, as universidades ainda carregam consigo traços antigos, inclusive das posturas ditadas pela igreja e outras instituições relevantes. Um deles é a falta da universalidade para com os iletrados, “os ignorantes”, porque fecha-se no mundo e não compartilha o conhecimento como deveria acontecer. Assim sendo, apresentam-se como detentoras das formas mais elevadas do conhecimento, que as tornam invejadas pelos outros segmentos da sociedade, proclamam não ser apenas útil e prático, mas buscam o acesso para aquilo que consideram verdades, que dependendo do contexto podem representar prestígio, autoridade e até poder e riqueza, que nem sempre é privilégio para todos. E acrescenta que o conhecimento é uma forma de poder e controle social, funcionando como uma via de mobilidade social, rebeldia e revolução.

Quanto a história da universidade brasileira, Caregnato (2004) aborda um primeiro momento do contexto histórico no ensino superior das universidades, como políticas e óticas-ideológicas, as quais são representadas pela cultura, manifestações e realizações que identificam o caráter público, assim como interesses públicos e privados. Distinguindo as diferentes fases do progresso da universidade, a autora o caracteriza como um ensino superior fragmentado, patrimonialista e liberalista comunista, que surgiu no período do império para atender às necessidades da elite brasileira, e oferecia os cursos de medicina, direito e

politécnicas. Faoro (1987) reforça que os cursos oferecidos foram unicamente em função de políticos e administradores que provocavam o estadiamento para manter-se no poder.

Num segundo momento, o ensino superior é marcado pela disputa do liberalismo idealista, que coaduna-se com a ditadura e o Estado Novo, e que apesar da rigorosidade, foi neste período que historicamente as discussões surgiram e, a partir de então, foi possível desenhar o perfil da instituição superior brasileira, enquanto que, na terceira fase, Caregnato (2004) afirma que o ensino superior esteve sobre a práxis da esquerda e o autoritarismo liberal, momento em que se discutia a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Cunha (1998), declara que a criação da União dos Estudantes Secundaristas (UNE) possibilitou uma importante participação, enquanto representação social dos estudantes brasileiros, no 1º Seminário da Reforma Universitária e Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que defendia a proposta nacionalista do Ministério da Educação de que a cultura popular deveria estar inserida nas universidades.

Segundo Cunha (2007) e Germano (1992), após o golpe militar, importantes academias como Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), Universidade de Brasília (UNB) tornaram-se “palcos” da modernização do ensino superior, sendo que estes fatos ocorreram em plena ditadura, constituindo a quarta fase do ensino superior.

A partir daí, instala-se o quinto período na trajetória do Ensino Superior e que perdura até os dias atuais, cujo marco, de acordo com Caregnato (2004), predomina a hegemonia do mercado livre e a hegemonia internacional, percebendo-se claramente a abertura de investimento internacional, assim como ideologias desta natureza impregnada nas universidades públicas.

Schwartzman (1989) caracteriza esse momento de disputa de lideranças entre a ação militar e a liderança de intelectuais, chamando-o, ironicamente, de “guerra entre caciques e pajés”. Os primeiros com o poder de mando, execução, autoridades constituídas com plenos poderes, e de outro, os que tentam alguma “cura” por meio de sua oratória, argumentação e de olhares que nem sempre tem o mesmo foco de quem está no poder. Com base nisso, é claro que todos esses conflitos incidem diretamente na universalidade do conhecimento, porque as universidades também se constituem como aparelho ideológico do estado.

## **Desafios dos Profissionais da Educação Superior e os princípios de Universalidade**

A criação de várias universidades brasileiras tem colocado em “xeque” o princípio da universalidade quanto à gratuidade do Ensino Superior. Nesse sentido, muitas questões no âmbito social e econômico permeiam estes espaços. Atualmente, um fato que suscita muita discussão na educação superior é a questão das cotas para negros. A inexistência

“de contestação e discussão científica às políticas de cotas significa que vivemos em um país onde predomina a mentalidade paternalista, segundo a qual o indivíduo sempre depende do Estado para que tenha sucesso, essa é uma falácia carregada de absurdos”. (TREGNAGO, 2007)

Isto constitui um sério problema na questão política, pois o professor, além de ministrar aulas, acumula também à função de apaziguador.

Na concepção desse autor, a seleção de acadêmicos na universidade deveria ter como critérios o mérito de aprovação, pois nos últimos anos a universidade expandiu, porém a qualidade foi afetada. Tal preocupação reside nas avaliações quando o resultado vem bem abaixo da expectativa, embora se esperasse que com os avanços científicos e tecnológicos a educação alcançaria um nível de conhecimento bem maior. Diante disso, Tregnago (idem), manifesta-se da seguinte forma:

“Vemos todos os dias anúncios de cursos superiores relâmpagos, em dois anos, com grande facilidade de pagamento. Tudo é válido para conquistar alunos, mesmo que em detrimento do ensino de qualidade. Atualmente, até cursinhos preparatórios estão se tornando faculdades. Onde isso vai parar ninguém sabe ainda. Se as políticas de cotas forem estendidas, o que parece ser a tendência vislumbra-se uma piora significativa na qualidade do ensino prestado, pois a ação afirmativa premia os despreparados.”

Verifica-se, portanto, que a discussão traçada por Tregnago (ibidem) é apenas uma situação polêmica das muitas que integram o cenário educativo no Ensino Superior. Ao mesmo tempo, o autor abre o leque para outras discussões pertinentes, conforme preconiza Almeida (2007), quanto se reporta da lamentável situação material em que atinge atualmente a grande parte das Instituições Federais de Ensino Superiores (IFES), em grande parte, demonstra a própria incapacidade administrativa de reformar-se e de justificar repasses de recursos adicionais por parte dos poderes públicos. O autor conclui ainda que, com raras exceções, as universidades, sejam públicas ou privadas, caminham rapidamente para uma decadência substantiva, digna de nota, o qual é explicitado na disseminação de cursos de pós-

graduação e de extensão, que tentam cobrir, *a posteriori*, as lacunas de uma graduação cada vez mais medíocre.

Complementando esta problemática, outros assuntos têm causado instabilidade no ensino superior brasileiro: a massificação do ensino público e a educação à distância, que é bastante polêmica. Nesse contexto, o que tem sido analisado é que muitos buscam essas possibilidades como meio de progressão social, democrático e que se enquadra nos padrões modernos da educação e que já está inserida em todos os níveis, sendo interpretada como educação criativa (MORAN, 2000).

## **A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SÉCULO XXI**

Em tempos modernos as universidades avançam consideravelmente, dadas as circunstâncias tecnológicas e ao avanço do conhecimento, haja vista a Declaração Mundial sobre a educação superior, em 1998, ter aclarada as ações a serem implementadas:

- Preâmbulo;
- Missões e funções da educação superior;
- Uma nova visão da educação superior;
- Da visão à ação.

Esses atos promoveram, assim, a universalização das universidades.

Castanho (2000) recomenda que o ensino superior exija pesquisa num nível mais aprofundado de escolaridade, uma vez que ele precisa de subsídios teóricos e práticos para se firmar enquanto fonte de conhecimento. Outro fator preponderante é que os estabelecimentos educacionais estejam devidamente validados pelas autoridades competentes do Estado. Isto difere uma das outras pelo desempenho e credibilidade. Althaus (2004) argumenta que a articulação entre ensino, pesquisa e extensão tem se constituído na espinha dorsal da práxis pedagógica do docente que ministra aulas no curso superior, concomitantemente abre discussões para se fazer a análise do papel desse profissional nos constantes desafios cotidianos.

Neste contexto, o artigo 10 da Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI (UNESCO, 1998, p.26) reforça a importância de estruturas, tanto no aspecto físico como no aspecto legal, com ampla desenvoltura nas atividades professorais universitárias. Para que isso aconteça, devem ser tomadas providências adequadas diante da

necessidade em atualizar e melhorar as habilidades pedagógicas, por meio de programas apropriados de desenvolvimento de pessoal, estimulando a inovação constante dos currículos e dos métodos de ensino e aprendizagem.

Em relação ao crescimento acelerado das universidades no Brasil, Castanho (2000) comprova que estas apresentam grande dimensão, que vai da idéia formada sobre determinados assuntos, até o desenvolvimento sócio e econômico. Conforme o autor, as estatísticas apontam que de 1960 a 1990, o ingresso de acadêmicos nas universidades saltou consideravelmente. Índice seguido nas últimas décadas, onde, segundo o INEP, houve uma evolução de 1.565.056 alunos matriculados em 1991 para 4.880.381 em 2007.

Para compreender esse processo de procura é necessário que se volte ao passado. Mediante esta realidade, Castanho (idem) amadurece estas discussões quando recorre aos quatro modelos de universidade, denominados pelo autor de “clássicos modernos”, cuja estratificação foi feita por Jacques Dréze e Jean Debellem, em 1966, e mais tarde aprimorada por Janne (1981) para tentar explicar este despertar para o ingresso em massa nas universidades:

- 1) Modelo imperial napoleônico.
- 2) Modelo idealista alemão.
- 3) Modelo elitista inglês.
- 4) Modelo utilitarista norte-americano.

Na confrontação desses modelos com os modelos contemporâneos, estes últimos trazem em sua bagagem heranças de um passado histórico, assim elencado pelo autor como:

- 1) Modelo ‘democrático-nacional-participativo’.
- 2) Modelo ‘neoliberalglobalista-plurimodal’ de universidade.
- 3) Referencial ‘crítico-cultural-popular’ de universidade.

Os modelos contemporâneos têm suas especificidades de acordo com o fato histórico no qual este está situado. O modelo ‘democrático-nacional-participativo’ surge da imensa crise do capitalismo na primeira metade do século XX, que levou à quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, num longo período de recessão dos anos 30 e que perdurou até a 2ª Grande Guerra Mundial (1940-1945).

Tal acontecimento provocou uma profunda revisão no sistema produtivo e nos valores políticos, sociais e culturais das sociedades ditas “ocidentais”, ou seja, da Europa, dos Estados Unidos e dos países que mantinham uma relação muito próxima deste. Como resultado disto, houve necessidade de recuperação urgente dos danos causados pela guerra. Então, a partir daí é que começa a suscitar o interesse pelo conhecimento “mais apurado”. Era objetivo dos Estados Unidos ganhar a disputa ideológica com o socialismo, mantendo-se como provedor de “políticas sociais”, simultaneamente com a ideologia autoritária, nazistas e fascistas. Para Castanho (2005), nesse bojo sócio-cultural e econômico, foi moldado o modelo de universidade democrático-nacional-participativo.

O modelo ‘neoliberal-globalista-plurimodal’ está em evidência, pois está expandindo-se, indo além das fronteiras dos Estados Unidos, conquistando seu espaço no cenário político mundial. No Brasil, não é diferente, como país em desenvolvimento está sincronizado com as constantes mudanças no processo de produção e na forma de acumulação do capitalismo.

Nesta ótica o neoliberalismo é a denominação da ideologia que sustenta a nova forma de produção do capitalismo. A globalização é atuante neste contexto, estendendo-se a todas as partes do planeta. Começa-se, então, a delinear a globalização contemporânea, que nos últimos vinte anos têm proporcionado mudanças tecnológicas profundas. Isto tudo, caracteriza a universidade como: neoliberal, globalista e plurimodal.

“Neoliberal porque se orienta não mais para as necessidades da nação, mas para as exigências do mercado; porque se vê como um empreendimento como tantos outros, sendo preferível que sua iniciativa seja privada, não pública; porque sua administração deve atender antes aos requisitos da eficiência gerencial do que aos reclamos da participação política; porque não se vê mais como tendo um compromisso para melhorar a vida social, deixando questões como essa ao livre jogo das forças do mercado; e enfim, neoliberal porque passa a se definir como um espaço onde o indivíduo busca instrumentos para o seu sucesso na sociedade e não onde a sociedade habilita indivíduos para o seu serviço. Ela é também globalista, porque é o mundo que importa, não mais a nação; porque é a cultura global, não as particularidades diferenciais, que deve estar na sua pauta; porque sua pesquisa não mais voltada ao homem concreto que vive nas suas cercanias, mas à informação acessível na grande rede de computadores interligada planetariamente.”  
(CASTANHO, 2005)

A universidade no século XXI já ultrapassou a fase da pluridisciplinaridade, em que o saber era regado pela pesquisa e a formação pelo ensino e o serviço pela extensão. Assume, nestes dias atuais, a postura de plurimodal. A universidade é multifacetada para atender às

exigências do mercado. Segundo Castanho (idem), ironicamente foi no período da repressão e do regime militar que esta característica despontou pela primeira vez nos meios acadêmicos.

No Brasil, segundo o autor, a ênfase maior no estilo plurimodal foi a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a Lei 9.394, de dezembro de 1996, incluindo formas de decretos, resoluções e portarias ligados ao Ministério de Educação e Cultura, o INEP, publicações da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.

### **UNIVERSIDADES BRASILEIRAS EM FOCO - A UNIVERSALIDADE**

A Declaração Mundial do Ensino Superior (UNESCO, 1988), no capítulo I, trata de Missões e Funções da Educação Superior, sendo que no Art. 1º é clarificada a missão de educar, formar e realizar pesquisas. Considera-se, portanto, as missões como primordiais para o ensino superior, uma vez que é neste ponto que se particulariza a missão e os valores de cumprir e contribuir para a economia sustentável, tão difundida nos dias atuais, além de melhorar a vivência da sociedade. Concentra-se, assim, as seguintes concepções:

- a) Educar e formar pessoas altamente qualificadas, cidadãs e cidadãos responsáveis, consciência crítica, discernimento, com o objetivo de ser capaz de atender às necessidades de todos os aspectos da atividade humana, oferecendo-lhes qualificações relevantes;
- b) Promover um espaço aberto, oportunizando a socialização de idéias, reflexões, narrativas de experiências, enfim atitudes que venham de certa forma valorizar o ingresso e a inclusão;
- c) Promover, gerar e difundir conhecimentos por meio da pesquisa;
- d) Contribuir para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural;
- e) Contribuir na proteção e consolidação dos valores da sociedade, formando a juventude de acordo com os valores nos quais se baseia a cidadania democrática, e proporcionando perspectivas críticas e independentes a fim de colaborar no debate sobre as opções estratégicas e no fortalecimento de perspectivas humanistas; e finalmente;
- f) Contribuir para o desenvolvimento e melhoria da educação em todos os níveis, em particular por meio da capacitação de pessoal docente.

Conforme recomendação referente à ‘Situação do Pessoal Docente da Educação Superior’, aprovada pela Conferência Geral da UNESCO em novembro de 1997, cabe às instituições de educação superior, ao seu pessoal e aos estudantes universitários, a responsabilidade de:

- a) Preservar e desenvolver suas funções fundamentais, submetendo todas as suas atividades às exigências da ética e do rigor científico e intelectual;
- b) Poder opinar em problemas éticos, culturais e sociais de forma completamente independente e com consciência plena de suas responsabilidades;
- c) Ampliar suas funções críticas e prospectivas mediante uma análise permanente das novas tendências sociais, econômicas, culturais e políticas;
- d) É apresentada proposta de utilizar sua capacidade intelectual e prestígio moral para defender e difundir ativamente os valores aceitos universalmente, particularmente a paz, a justiça, a liberdade, a igualdade e a solidariedade;
- e) É vinculada a liberdade acadêmica de desfrutar autonomia plena, vista como um conjunto de direitos e obrigações, sendo simultaneamente responsáveis com a sociedade e prestando contas à mesma; o que é corroborado com o item
- f) Desempenhar seu papel na identificação e tratamento dos problemas que afetam o bem-estar das comunidades, nações e da sociedade global.

Todas as propostas apresentadas na Declaração Universal do Ensino superior tratam de questões inerentes ao indivíduo e o seu “pertencimento” a uma determinada comunidade global. Neste ponto é oportuno tratar da universalidade que rege este artigo, pois cada item corresponde com a interação do sujeito e sua participação efetiva, em que ele constrói a sua história de experiências, fracassos, superação e expectativas. Diante disso, contextualiza-se o Brasil, abordando os avanços e perspectivas das Universidades brasileiras, que analogamente não se diferem muito das universidades de outros países latino-americanos, pois com a globalização os problemas ficaram quase unificados.

Luz (2000) entende que o processo das mudanças e das expectativas para uma renovação torna-se cada vez mais necessária. Neste viés as Universidades brasileiras, enquanto ensino superior, também assumem a postura de serviço público quando está vinculada ao governo, cuja realidade é evidente no Brasil e na América Latina.

Nestes últimos anos, o papel da Universidade Brasileira é desafiante, pois tem de fazer “malabarismos” para que ocorra esta universalidade; além disso, gerar e lidar com novos conhecimentos, sem, contudo, perder o vínculo com o passado, ao mesmo tempo em que tem de construir no presente subsídios para o fortalecimento destas no futuro.

Não só as questões intelectuais, as novas formas de conhecimento, ou então as tecnologias de informação despertam a preocupação para o bom desempenho das universidades, mas principalmente o que assombra é o financiamento do ensino superior como um todo. Segundo Luz (2000), todos estão preocupados com sua própria sobrevivência.

Neste sentido, insiste o autor que a educação superior reúne um misto de atenções que devem ser dispensadas a ela, pois a questão perpassa desde o financiamento, investimentos, eficácia na gestão dos recursos e administração pelos órgãos gestores nacionais, regionais e no âmbito das instituições de ensino superior.

As universidades públicas são muito visadas neste sentido, pelo papel que desempenham no Brasil, pois são responsáveis por aproximadamente 90% dos pesquisadores e projetos de pesquisa da região. Luz (idem) ressalta ainda que, embora compreendamos que o Estado deva ter função essencial neste financiamento, a sociedade precisa fiscalizar.

## **DOCÊNCIA**

Em se tratando de universalidade, a docência é o caminho para que isto aconteça, pois é um grande equívoco achar que para ministrar aulas no ensino superior deve esquecer a didática tão cobrada nas séries iniciais. Nesse enfoque, Ferreira e Lopes (2006) descrevem as idéias centrais da Orientação e Supervisão no contexto pedagógico da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Como objeto de estudo, as teóricas comprovaram que a UERJ atendeu às propostas da nova lei, no processo Projeto Político Pedagógico Institucional - PPI [1] definindo Missão, Visão, Política e Ações Estratégicas da graduação, bem como Diretrizes e Princípios Norteadores. [2]: Relevância, Qualidade e Internacionalização - sendo que este último busca a reflexão global do aprendizado e da pesquisa, bem como as cooperações e parcerias construtivas. Em consonância com o contexto atual e considerando seus *inputs* e produtos.

Neste propósito, Cardoso e Vieira (2004) enfatizam que o modo de gestão libertária deverá basear-se nas diretrizes:

- a) Integração dos espaços administrativos e educacional;

- b) Ênfase na qualidade do ensino;
- c) Preservação do humano do ser Participar e cooperar.

Valorizar as diferenças, gerir conflitos e manter a paz. Todos esses procedimentos vão reforçar os valores necessários para a convivência em sociedade, capaz de organizar-se em grandes eixos temáticos:

- Aprender a ser.
- Aprender a conviver.
- Aprender a fazer.
- Aprender a aprender.

Todos estes elementos reunidos representam a universalidade, discutida em todo o artigo.

## **PERSPECTIVAS DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS MODERNAS**

Partindo do princípio que a universidade de fato, nunca oportunizou o acesso a todos, contrariando o sentido real da universalidade, Almeida (2007) focaliza que as restrições formais e informais sempre foram evidentes nos meios acadêmicos, “de um modo ou outro - *numerus clausus*”<sup>3</sup>, restrições religiosas, raciais e nacionais, taxas, dotes, patronagem”. Semearam os interesses nos sistemas meritocráticos, pois a partir deles é que se estabeleciam os princípios de educação formal ou informal, vindo desde a educação familiar até as instituições educacionais.

As novas perspectivas educacionais do ensino superior têm sido objeto de estudos, despertando interesses numa melhor qualidade. Conforme explicita Almeida (2007), estas devem integrar propostas que venham atender às necessidades da grande massa, ou, em outros termos, com sua relativa independência em relação às fontes de liderança e dominação econômica, política e religiosa que existem em todas as sociedades.

Enfatiza o autor que, porém, deve ser afastada da concepção da universidade *bem-comportada*, que funcionasse de maneira integrada e que, aparentemente, tudo está pronto, burocratizada, desmotivada, sem vida e, em última análise, sem maior relevância. Encontrar

---

<sup>3</sup> Numerus clausus, associado a escondido, secreto, que não pode ser revelado por algum motivo.

seu espaço próprio, não se submeter, nem se descaracterizar, é a chave para sua permanência e relevância, cuja idéia é corroborada por Caregnato (2004) e Faoro (1987).

## CONCLUSÃO

As universidades brasileiras trazem em sua bagagem, ao longo do tempo, uma história de luta, “modernizações”, discursos, enfrentamento de poderes representativos e de poderes intelectuais em que se faz valer a ideologia dominante, sendo que este último aspecto é relevante para atrapalhar o processo de universalidade, proposto desde o seu surgimento por Platão e contemporaneamente explicitado por Rios (2010).

A trajetória desde o império, cuja criação das universalidades brasileiras estava voltada única e exclusivamente para atender aos anseios da elite daquele tempo, desde o princípio desvirtuou-se da idéia central que é a difusão do conhecimento e a acessibilidade a estes.

Pautadas em políticas públicas que apregoavam a força e o controle das produções científicas e das ações que as envolviam no período da ditadura militar, as limitações impostas não impediram que idealistas aceitassem a condição de obediência cega, pois foram justamente neste período que se desencadearam as lutas para soltar as amarras que impediam a universalidade do conhecimento, assim como a liberdade de expô-los enquanto filosofia e possibilidades de outros entendimentos.

Embora tenha ocorrido significativa mudança nos sistemas universitários modernos, ainda é bastante clarificado o germe da universidade clássica e situações que se evidenciavam no surgimento desta, por isso há certa instabilidade em relação aos conhecimentos, que é vista de forma positiva porque instiga a pesquisa e a descoberta de outros caminhos. Tais experimentos estão sujeitos a constantes provações e assim tomar novas direções.

Nesse contexto, é importante que se aprenda a conviver com as diferenças, com a pluralidade de objetivos e princípios que estão atrelados nos sistemas sociais contemporâneos. O Ensino superior deve fornecer subsídios para esta compreensão, uma vez que este foi o grande marco das universidades brasileiras no passado, quando estas se integravam à luta, sendo bem representados pelos intelectuais que as defendiam, registrado nas mobilizações estudantis, nas reformas de ensino e, sobretudo, na participação efetiva de seus congregados, envolvendo professores, acadêmicos, intelectuais e parte da sociedade que não concordava com os ditames da época.

É preciso que a experiência acumulada desde então sirva para horizontalizar os sistemas de ensino superior politizados, pois a necessidade de mudança não ficou no passado, ainda hoje se precisa de novos ares para a educação superior brasileira, para que se defina o verdadeiro papel das universidades, dos que estão congregados e da sociedade como um todo. A partir dessas posturas é que se estabelece a legitimidade, que mediante essas propostas certamente contribuirão para um mundo melhor. Então, pode-se afirmar que as universidades se revitalizarão como núcleo gerador de novas idéias, conhecimentos e valores, ampliando a verdadeira universalidade no âmbito do conhecimento.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. **O aprofundamento da educação no Brasil: observações angustiadas do ponto de vista dos estudantes.** Revista Espaço Acadêmico, nº70, mar. 2007. Mensal. Ano VI. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/070/70pra.htm>>. Acesso em: 12 de jul. 2010.

ALTHAUS, M. T. **Ação didática no ensino superior: a docência em discussão.** Revista Teoria e Prática da Educação, v.7, nº 1, p.98-103, jan./abr. 2004.

CARDOSO, A. S. R.; VIEIRA, P. R. **Além, muito além das convergências entre a administração e a gestão da educação.** Revista Diálogo Educacional, v.4, nº 11, p.135-152, jan./abr. 2004.

CAREGNATO, C. E. **Questão Social no novo Milênio.** VIII Congresso Luso-afro-brasileiro. Ciências Sociais. Coimbra, 16, 17, 18, set. 2004.

CASTANHO, S. **A educação superior no século XXI: comentários sobre o documento da UNESCO.** Revista Espaço aberto, vol.4, n.7, p.163-166, ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v4n7/24.pdf>. Acesso em: 02 de nov. 2010.

\_\_\_\_\_. **Educação superior no século XXI: discussão de uma proposta.** Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/1105T.PDF>>. Acesso em: 16 de nov. 2010.

CUNHA, L. A. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista.** 3ª ed. São Paulo: UNESP, 2007.

\_\_\_\_\_. **Marco de acción prioritaria para el cambio y el desarrollo de la educación superior.** Paris: UNESCO, 1998.

DURAN, A. A. C.; DURAN, M. R. C. **Desafios contemporâneos para a Educação Brasileira: um legado das políticas públicas praticadas ao longo de sua história.**

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://www.corredordelasideas.org/docs/sesiones/.../duran.doc> ->. Acesso em: 12 de out.2010.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

FERREIRA, O. M. M.; LOPES, R. F. **Orientação e Supervisão Pedagógica - aspectos predominantemente pedagógicos**. DEP - Departamento de Orientação e Supervisão Pedagógica/sub-Reitoria de Graduação – Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1992.

JANNE, H. **A universidade e as necessidades da sociedade contemporânea**. Fortaleza: UFC, 1981.

LUZ, R. J. P. **A Universidade brasileira do século XXI**. Florianópolis, Brasil: XI seminário nacional de bibliotecas universitárias: biblioteca universitária do século XXI, nº 9, p.54-61, 24 a 28 de abril de 2000.

MOORE, B. **Social origins of dictatorship and democracy: lord and peasant in the making of the modern world**. Boston: Beacon Press, 1996. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0034>>. Acesso em: 12 de nov. 2010.

MORAN, J. M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papyrus, 2000.

RIOS, D. R. **Grande dicionário unificado da Língua Portuguesa**. São Paulo: DCL, 2010.

SCHWARTZMAN, S. **Universalidade e crise das Universidades. Estudos Avançados**. Print version ISSN 0103-4014. Estud. Av. vol.3, nº 5, São Paulo, 1989. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103...script...> ->. Acesso em: 10 de out. 2010.

TREGNAGO, C. A. **Cisma moderna: sistema de cotas é ferramenta de injustiça e inferioridade**. 1º nov. 2007. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/perfil/exibir/>>. Acesso em: 05 de nov.2010.

UNESCO. **Declaración mundial sobre la educación superior en el siglo XXI: visión y acción**. Paris: UNESCO, 1998.